

PROGRAMA

**ESTUDOS
DA FUNDAÇÃO
FRANCISCO
MANUEL
DOS SANTOS
2027-2029**



Índice

3	1. Introdução à área de Estudos da Fundação
5	2. Portugal num mundo em mudança: caminhos para a prosperidade
8	3. Temas prioritários
17	4. Dimensões transversais
20	5. Princípios orientadores
22	6. Vantagens de desenvolver um estudo com a Fundação
24	7. Processo de candidatura e requisitos

1.

Introdução à área de Estudos da Fundação

A FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS (FFMS) foi criada, em 2009, com a missão de promover e aprofundar o conhecimento sobre a realidade portuguesa, procurando contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.

Para concretizar esta missão, a Fundação instituiu a área de Estudos, dedicada a apoiar investigação científica independente e de elevado rigor, contribuindo, desse modo, para um debate público mais informado e sustentado em evidência científica. A sua atividade organiza-se em torno de três grandes áreas — Instituições, Economia e Sociedade —, no âmbito das quais foram já adjudicados mais de 90 estudos em diversas áreas das ciências sociais.

Durante a vigência do Programa de Estudos 2027-2029, os Estudos da Fundação terão como foco central «Portugal num mundo em mudança: caminhos para a prosperidade», o qual se desdobra em quatro temas prioritários. Este programa reflete, assim, a opção por uma maior concentração temática, que visa promover uma articulação entre as diferentes áreas e congregar múltiplas perspetivas disciplinares e metodológicas em torno de desafios estruturais que condicionam a prosperidade do país. Pretende-se aproximar o conhecimento científico e as políticas públicas, tomando a ciência e o conhecimento como ponto de partida para não só compreender os problemas, como também identificar as respostas possíveis, bem como os seus potenciais custos e benefícios.

Para esse efeito, o programa será concretizado através de *calls* competitivas dirigidas à comunidade científica nacional e internacional. Cada *call* identificará questões de investigação específicas e incentivará a apresentação de propostas que abordem as temáticas

numa perspetiva multidisciplinar e metodologicamente sofisticada, situando a realidade portuguesa numa perspetiva comparada e contribuindo para a identificação de respostas concretas aos desafios analisados. Os resultados dos estudos serão amplamente divulgados, procurando fomentar o diálogo entre os investigadores, os decisores públicos e a sociedade. As *calls*, os respetivos calendários e os elementos necessários à apresentação de candidaturas serão sempre oportunamente divulgados no *website* da Fundação.

Este programa constitui, assim, um convite para que a comunidade científica contribua para responder a alguns dos desafios centrais que Portugal enfrenta. Ao aproximar a investigação das políticas públicas e da sociedade, a Fundação dá continuidade à missão que a orienta desde a sua criação: compreender melhor a realidade portuguesa e colocar esse conhecimento ao serviço do desenvolvimento do país.

2.

Portugal num mundo em mudança: caminhos para a prosperidade

PORTUGAL, APESAR DOS 50 ANOS DE DEMOCRACIA, dos 40 anos de integração europeia, da melhoria da educação e da estabilidade institucional, não conseguiu convergir plenamente com os países europeus mais avançados em vários indicadores de bem-estar económico e social.

O objetivo do Programa de Estudos da Fundação é compreender os bloqueios estruturais que impedem Portugal de concretizar plenamente o seu potencial de prosperidade. Ao mesmo tempo, o programa tem em consideração o contexto mundial e o estado do planeta, reconhecendo que, num mundo profundamente interdependente, a trajetória de Portugal não pode ser dissociada das dinâmicas globais.

Pretende-se, assim, identificar caminhos e propostas que permitam responder a estes desafios estruturais de forma articulada e coerente. Este objetivo traduz-se numa escolha deliberada de concentração temática em desafios considerados prioritários para a prosperidade de Portugal. Para esse efeito, o programa estrutura-se em torno de quatro temas, que correspondem a domínios centrais a partir dos quais serão declinados os vários desafios que são objeto de estudo:

- **Vitalidade democrática**, fundamental para sustentar reformas estruturais a longo prazo num contexto em que a limitada capacidade institucional e os défices de implementação das políticas públicas constituem desafios persistentes.
- **Produtividade e crescimento**, num contexto em que as alterações climáticas, a transição energética, o ordenamento do território, a demografia, as migrações e as inovações

tecnológicas (por exemplo, inteligência artificial) colocam novos desafios ao setor público e ao tecido empresarial nacional.

- **Políticas sociais e prosperidade**, num contexto de envelhecimento demográfico e rápida transformação tecnológica, em que as políticas sociais eficazes podem impulsionar o crescimento da economia e promover uma melhoria sustentada da qualidade de vida, em especial dos mais vulneráveis. Serão analisadas questões relacionadas com a sustentabilidade demográfica, o papel central da economia dos cuidados, o impacto da inteligência artificial (IA) e da digitalização no mercado de trabalho e a promoção de uma força de trabalho qualificada e adaptável.
- **Habituação e mobilidade**, hoje temas centrais da sociedade e da economia, com impactos na demografia, na produtividade e na coesão social.

O programa pode ser graficamente apresentado da seguinte forma:



Como se pode observar na figura acima, para além dos quatro temas prioritários, existe um conjunto de sete eixos transversais que condicionam cada um destes temas:

- Contexto europeu e internacional
- Alterações climáticas
- Inteligência artificial
- Território
- Demografia e migrações
- Capacidade institucional
- Défice na implementação de políticas públicas

Os eixos transversais distinguem-se dos temas prioritários na medida em que não constituem objetos de estudo autónomos, mas antes dimensões que devem ser consideradas — sempre que relevante — na abordagem de cada um desses temas, incluindo na definição de políticas públicas.

3.

Temas prioritários

O PROGRAMA TEM COMO FOCO GLOBAL examinar desafios estruturais que são centrais para Portugal e decisivos para que o país possa concretizar o seu potencial de prosperidade. Este foco materializa-se em quatro temas prioritários, que permitem analisar e abordar, de forma integrada, desafios centrais do país num mundo em mudança. As subsecções seguintes apresentam cada um destes temas:

- Vitalidade democrática
- Produtividade e crescimento
- Políticas sociais e prosperidade
- Habitação e mobilidade

3.1 Vitalidade democrática

A vitalidade da democracia em Portugal é central para que o país possa concretizar o seu potencial em termos institucionais, cívicos, económicos e sociais. A democracia tem simultaneamente relevância substantiva e instrumental. Substantivamente, constitui uma condição de liberdade, dignidade cívica e igualdade, permitindo que os cidadãos influenciem as decisões que moldam as suas vidas. Instrumentalmente, a democracia funciona como um mecanismo de decisão coletiva que promove o escrutínio, a alternância, a transparência e a deliberação, reforçando a qualidade da governação. Uma democracia robusta contribui para a estabilidade social, ao permitir a resolução pacífica de conflitos e ao ampliar a definição do bem comum. Além disso, a existência de instituições democráticas estáveis e credíveis reduz a incerteza, favorecendo o investimento económico. A vitalidade da democracia torna-se, assim, crucial para enfrentar um

mundo em mudança, reforçando a capacidade para sustentar reformas a longo prazo, responder a desafios complexos e mobilizar a sociedade em torno de objetivos comuns.

Desafios a abordar:

- Um primeiro desafio prende-se com o efeito das transformações sociais, políticas e tecnológicas na democracia. A polarização, a desinformação, a fragmentação do espaço público e o isolamento social podem fragilizar a confiança e a coesão social. Em paralelo, as plataformas digitais e a IA colocam novos desafios às democracias. Importa compreender o modo como estas dinâmicas se articulam em Portugal e os mecanismos que podem reforçar a resiliência democrática.
- Outro desafio prende-se com a capacidade de governar a longo prazo. Fenómenos como o envelhecimento demográfico, a transição climática e a IA exigem maior capacidade de antecipação, planeamento estratégico e compromisso intergeracional. Importa compreender as limitações institucionais que dificultam esta capacidade em Portugal e identificar mecanismos que permitam sustentar prioridades a longo prazo.
- Um terceiro desafio centra-se na capacidade de desenhar melhores políticas públicas e de assegurar a sua implementação. Persistem fragilidades associadas à erosão das competências técnicas, às dificuldades de recrutamento, à perda de memória institucional e às limitações na articulação entre Estado e sociedade civil. Importa identificar formas de reforçar a capacidade estratégica e de coordenação coletiva do país. Importa igualmente compreender como se pode reforçar a capacidade das instituições para produzir, mobilizar e incorporar conhecimento científico na decisão pública. Existe, de igual modo, um défice de implementação de políticas públicas em Portugal. A distância entre objetivos políticos e resultados concretos constitui uma limitação persistente da ação pública. Importa identificar os principais obstáculos à execução de políticas e os mecanismos capazes de melhorar a sua eficácia.

3.2 Produtividade e crescimento

A capacidade de aumentar a produtividade em Portugal é uma condição indispensável para um crescimento económico sustentado. As economias que, no passado, não cresceram de forma sustentada e que não têm uma perspetiva de aumento de bem-estar no futuro sofrem de graves problemas quer na promoção da estabilidade social, quer na promoção da estabilidade financeira do Estado, quer na superação dos grandes desafios demográficos, climáticos e energéticos que se anunciam e já se verificam. Conseguir um crescimento sustentado só é possível com um aumento, também sustentado, da produtividade da economia. Para o efeito, é imprescindível que os recursos humanos, estruturais, naturais e culturais do país consigam satisfazer cada vez mais as necessidades dos cidadãos.

Desafios a abordar:

- Um primeiro desafio centra-se na demografia das empresas em Portugal, nomeadamente na compreensão do impacto que a prevalência de um grande número de microempresas (menos de dez trabalhadores) tem sobre os aumentos de produtividade. Importa perceber, neste contexto, de que forma a dimensão das empresas portuguesas condiciona a exploração de uma gestão profissional, a introdução da IA ou a ambição de entrar em novos mercados, por exemplo. É ainda essencial tentar perceber quais são as «dores de crescimento» das empresas portuguesas e de que modo estas foram ultrapassadas em contextos comparáveis. Neste processo, é igualmente essencial determinar como se pode garantir que o dinamismo dos jovens empreendedores seja transformado em boa gestão e crescimento da empresa, sem pôr em causa a inovação. Por fim, importa esclarecer em que medida Portugal pode convergir com os modelos europeus de eliminação ágil de empresas ineficientes e eliminar restrições ao financiamento das microempresas, as quais resultam de um sistema bancário muito conservador e de um mercado de capitais incipiente.
- Um segundo tópico prende-se com a relação entre demografia e produtividade, ou seja, com a questão de saber até que ponto a demografia afeta, nos seus extremos, o mercado de

trabalho e a produtividade. Num desses extremos — o dos cidadãos com mais de 55 anos —, importa perceber em que medida as novas realidades demográficas e tecnológicas têm condicionado a antecipação e postecipação da reforma. Importa também esclarecer qual é a interação entre saúde efetiva e participação no mercado de trabalho naquela franja etária. No extremo inferior, é muito importante compreender o padrão de emprego e rendimento da faixa etária dos 16 aos 25 anos, ou seja, perceber que incentivos existem para desistir da educação formal e relacionar essa realidade com o desemprego jovem e o mau desempenho escolar. A essa luz, interessa também esclarecer como esta caracterização se distribui por setores, ocupações e geografias, e em que medida se cruza com a dependência intergeracional de apoio — dos pais aos filhos com 16 a 25 anos e dos filhos aos pais, através da segurança social ou de outros mecanismos de apoio direto.

- Um terceiro desafio a abordar relaciona-se com a capacidade de ter uma força de trabalho bem formada e motivada. Neste contexto, é fundamental melhorar a produtividade no setor dos serviços, que constitui uma elevada percentagem do emprego em Portugal. Num contexto nacional caracterizado por baixos níveis de qualificação, importa perceber como se podem criar competências complementares através da IA e da automação. Deve ainda perceber-se em que medida as melhorias na qualidade dos serviços de por serviços ligados ao turismo, de cuidados de saúde e podem associar-se aos trabalhadores mais especializados. Outra questão muito relevante na atualidade, quando os fundos europeus vão diminuir, é perceber quanto o Estado gasta em apoios por via de políticas de redistribuição, por um lado, e por via de apoios diretos a baixos rendimentos, por outro, e como se podem transformar estes fundos em políticas que preparem os trabalhadores para melhores empregos e que incentivem à criação desses empregos. Uma vez mais, a comparação com países que adotam boas práticas pode ajudar a determinar políticas de apoio à formação direcionada e vocacional de trabalhadores e à reestruturação tecnológica de empresas

de serviços com baixos salários. Por fim, importa avaliar os efeitos do aumento do salário mínimo, que constitui a política mais sustentada de âmbito social e económico destinada a diminuir as desigualdades em Portugal. É, assim, relevante avaliar a forma como esta questão afeta a qualidade dos serviços prestados, o seu impacto nos rendimentos da classe média em Portugal e o modo como o aumento dos salários se relaciona com a produtividade das empresas.

3.3 Políticas sociais e prosperidade

Portugal encontra-se numa encruzilhada estrutural. Com uma das populações mais idosas da União Europeia — um índice de envelhecimento de 192 idosos por cada 100 jovens em 2024 e uma percentagem de pessoas com mais de 65 anos que deverá aproximar-se dos 34% no final da década de 2040 —, o país enfrenta uma pressão crescente sobre o seu Estado Social, os sistemas de pensões e a oferta de mão de obra. Simultaneamente, a difusão da IA e da robotização está a reorganizar a estrutura do trabalho, ameaçando expor os cidadãos a novos riscos sociais e tornar inadequadas as estruturas de proteção social existentes.

Estas transformações irão reformular as bases sociais e económicas do país. A capacidade de lhes responder é uma condição para concretizar o potencial de crescimento a longo prazo de Portugal e requer mais do que a mera gestão do declínio ou a mitigação dos riscos. Em particular, vai ser necessário promover um modelo de Estado Social que, por um lado, responda às mudanças estruturais na composição da população portuguesa (e às novas necessidades que daí vão decorrer) e, por outro, facilite a transição para um novo modelo económico. Este deve promover a formação de capital humano altamente qualificado que permita incorporar na economia os ganhos de produtividade que a mudança tecnológica em curso promete, facilitando a alocação de capital humano aos setores com maior potencial de criação de valor na economia e reduzindo os incentivos à inatividade.

Desafios a abordar:

- Um primeiro desafio centra-se na sustentabilidade demográfica enquanto condição estrutural para o crescimento económico do país. Depois de um declínio acentuado nos anos 1990, a taxa de fecundidade mantém-se abaixo de 1,5 filhos por mulher, pondo em risco a sustentabilidade demográfica e económica do país. A imigração — na medida em que aumenta a população ativa e o número de famílias em idade reprodutiva — pode fazer parte da solução para ultrapassar esta situação de bloqueio demográfico. Neste domínio, importa perceber o impacto das políticas sociais, laborais e habitacionais sobre os comportamentos reprodutivos das famílias em Portugal e identificar boas práticas de incremento dos níveis de fecundidade. Importa também perceber o impacto da incorporação de fluxos migratórios nos serviços públicos, nomeadamente no setor da educação, da saúde e da habitação social, bem como as melhores formas de responder a estas novas necessidades.
- Um segundo desafio prende-se com o papel da economia dos cuidados enquanto mecanismo de satisfação das necessidades de uma fatia cada vez maior da população (entre crianças e idosos) e de absorção dos eventuais choques no mercado de trabalho, resultantes do processo de mudança tecnológica. Neste domínio, será relevante compreender em que medida o atual sistema de cuidados (a crianças e idosos) responde às necessidades atuais e futuras. Importa também identificar modelos de financiamento sustentáveis, que limitem os custos para as famílias e para a economia como um todo. Finalmente, importa perceber o papel das políticas de imigração e de mercado de trabalho (nomeadamente no domínio da requalificação profissional) para assegurar a disponibilização de mão de obra neste setor.
- Um terceiro desafio diz respeito ao impacto da IA, da digitalização e da robotização no mercado de trabalho e aos consequentes novos riscos sociais. Será essencial monitorizar e antecipar os setores e as ocupações que serão mais vulneráveis a processos de mudança tecnológica. Será igualmente necessário analisar em que medida os atuais mecanismos

para acomodar choques no mercado de trabalho (esquemas de *lay-off*, subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego) estão preparados para os efeitos de processos de mudança tecnológica relativamente abruptos. Importa também perceber como os países líderes na incorporação destas novas tecnologias nas respetivas economias estão a ajustar os seus modelos de regulação do mercado de trabalho e de proteção social, identificando as lições a retirar. Finalmente, será importante avaliar de que forma os potenciais impactos no mercado de trabalho deste processo de transformação tecnológica irão afetar o financiamento do modelo de proteção social.

- Um último desafio tem a ver com o papel dos sistemas de educação e formação no que toca a garantir a disponibilidade de uma força de trabalho qualificada e adaptável, capaz de acompanhar o processo de mudança tecnológica em curso e de maximizar os respetivos ganhos potenciais. A este respeito, importa investigar o impacto da expansão da rede de creches nas competências e no desempenho das crianças nas etapas subsequentes do seu percurso educativo. Importa também perceber se o modelo de formação profissional está a produzir o tipo de qualificações que o novo paradigma tecnológico exige. Da mesma forma, será importante compreender como podemos reforçar a capacidade do sistema de requalificação profissional para reconverter trabalhadores cujas competências não se adequam às novas exigências do mercado de trabalho.

3.4 Habitação e mobilidade

Nos últimos anos, a crise de habitação tornou patente a importância deste ativo para o desenvolvimento económico e, em geral, para o bem-estar dos cidadãos. A localização da habitação e o acesso à habitação impõem estilos de vida e fricções no mercado de trabalho que influenciam a saúde da economia e a vitalidade da democracia. Algumas destas fricções podem ser, pelo menos parcialmente, minoradas com custos de mobilidade baixos, ou seja, com

uma rede de transportes mais ampla e eficiente. Tal não diminui, naturalmente, a necessidade de resolver diretamente aquelas fricções. Parece hoje consensual que o problema da habitação não se resolverá aumentando a acessibilidade à habitação existente, mas que o grande desafio resulta de uma oferta insuficiente.

Desafios a abordar:

- O primeiro desafio centra-se na insuficiente oferta de habitações em Portugal. Importa compreender as razões que levaram a que o montante de construção nova em Portugal fique tão abaixo do verificado no passado e do realizado recentemente noutros países, por exemplo, na Alemanha. Neste ponto, interessa perceber a razão por que a oferta não reagiu ao estímulo da procura (e dos preços), e perceber porque existe em Portugal uma percentagem de habitações vazias (12%) e de segunda habitação (18%) muito maior do que nos restantes países. Interessa ainda estudar o efeito da compra de habitação como investimento direto estrangeiro, ou seja, como investimento de cidadãos estrangeiros. Seria importante obter definições de escassez por tipos de casa, por regiões, por arrendamento *versus* habitação própria, por habitação privada *versus* habitação social ou pública, bem como técnicas para medir a evolução destes indicadores. Outra questão muito relevante seria abordar a avaliação das técnicas de construção e a comparação de Portugal com outros países neste aspeto, compreendendo, designadamente, se estas técnicas derivam de regulamentação existente e se esta condiciona o tipo de construção. Outras questões relevantes incluem o acesso a fatores de produção pelo setor da construção e o impacto da subida dos preços da habitação nas margens das empresas, incluindo como essa evolução se repercute nos salários pagos aos trabalhadores, contribuindo para a atração e retenção de mão de obra mais especializada. Importa ainda perceber como estas empresas lidam com as restrições ao financiamento. Outro ponto a tratar neste contexto seria o das diferenças de custo entre novas construções e recuperação de construções existentes e da reciclagem dos

materiais de construção. Por fim, deve abordar-se a política industrial que vigora no setor da construção de países europeus de referência e a forma como Portugal pode convergir com os mesmos.

- O segundo desafio prende-se com o lado da procura e a relação entre habitação e demografia. É importante perceber de que forma a transformação do conceito de família impõe um desafio para a habitação. Deve ainda esclarecer-se a importância do acesso à habitação como um dos fatores determinantes da idade de casar e de ter filhos ou, em última instância, da taxa de fecundidade. Assim, pretende-se compreender o que decide a mudança de habitação ao longo da vida e se, em Portugal, esta dinâmica segue o padrão dos outros países europeus. Pretende-se ainda determinar de que modo a crise de habitação afeta a decisão de envelhecer em casa própria, em casa de familiares ou em residências de idosos, e como estas decisões afetam a escassez de habitação.
- Em ambos estes desafios, importa integrar a relação entre habitação e mobilidade. Aqui, interessa compreender como a crise da habitação e o aumento das periferias nas grandes cidades implicam um desafio crescente para a mobilidade e para a rede de transportes. O estudo deste tema deve explorar as possibilidades de controlo do aumento da desigualdade decorrente da realocação da habitação, bem como comparar as práticas adotadas em países que o têm feito com sucesso. Importa ainda estudar até que ponto a crise de habitação e os custos de mobilidade determinam a escolha de ensino/emprego próximo *versus* o de melhor qualidade com potencial impacto negativo na produtividade. Relacionando esta questão com o planeamento, seria importante perceber como são determinados os critérios subjacentes aos planos diretores municipais (PDM), instrumento crucial para classificar os terrenos elegíveis para habitação, e compreender até que ponto estes instrumentos de impacto estrutural estão na mão de decisores com mandatos de quatro anos.

4.

Dimensões transversais

OS QUATRO TEMAS PRIORITÁRIOS acima identificados devem ser analisados à luz de um conjunto de dimensões transversais que condicionam a capacidade de Portugal para responder a desafios estruturais e concretizar o seu potencial de crescimento. Estas dimensões constituem, assim, fatores contextuais que moldam os diferentes problemas analisados, funcionando simultaneamente como constrangimentos e oportunidades. Importa, por isso, compreender de que forma os fatores internacionais, territoriais, ambientais, energéticos, tecnológicos e institucionais influenciam a configuração dos desafios que Portugal enfrenta.

O contexto europeu e internacional constitui uma dimensão central deste enquadramento. A crescente instabilidade geopolítica, a transformação das cadeias de valor, a competição tecnológica, as pressões migratórias e as mudanças na arquitetura económica internacional criam novos riscos, mas também oportunidades para Portugal. Ao mesmo tempo, uma parte significativa das políticas públicas nacionais é hoje moldada por enquadramentos europeus, incluindo regras orçamentais, fundos europeus, política climática ou regulamentação digital. Torna-se essencial compreender a forma como Portugal se posiciona e adapta no espaço comunitário.

A demografia e as migrações têm implicações profundas para Portugal. O envelhecimento da população, a baixa natalidade, o aumento da imigração e padrões continuados de emigração jovem e qualificada influenciam diretamente a disponibilidade de mão de obra, o potencial de produtividade e crescimento económico e a sustentabilidade das políticas sociais. Estas dinâmicas têm igualmente impacto na procura de habitação, nos padrões de mobilidade e na pressão sobre infraestruturas e serviços públicos. Ao mesmo tempo, a crescente diversidade social e cultural reconfigura potencialmente

o sentido de comunidade, pertença e coesão social, com implicações relevantes para a vitalidade democrática no país.

As alterações climáticas constituem um fator transversal decisivo, com impacto nos quatro temas prioritários. Influenciam os padrões de investimento e competitividade económica, com implicações relevantes para o tema da produtividade e crescimento. Os seus efeitos fazem-se igualmente sentir nas políticas sociais, na medida em que as alterações climáticas afetam de forma desigual grupos sociais e setores económicos, criando novos riscos de vulnerabilidade e desigualdade. No domínio da habitação e mobilidade, os desafios da adaptação climática influenciam infraestruturas, mobilidade e pressão sobre diferentes regiões. Em simultâneo, a capacidade de responder coletivamente à transição climática coloca exigências acrescidas à democracia.

O território constitui igualmente uma dimensão transversal decisiva para compreender os desafios estruturais que Portugal enfrenta e assegurar um desenvolvimento equilibrado no país. Persistem fortes assimetrias entre diferentes regiões do país em termos de acesso a emprego, habitação, mobilidade, serviços públicos e oportunidades económicas. Estas disparidades influenciam o funcionamento da democracia, condicionam a produtividade e o crescimento e afetam dimensões sociais como a pobreza, o envelhecimento ou acesso a cuidados.

Outro fator importante é a capacidade institucional. A capacidade das instituições — públicas, privadas e da sociedade civil — para antecipar problemas, planear e coordenar respostas e sustentar políticas públicas condiciona diretamente a capacidade de promover o crescimento e implementar reformas estruturais. Esta dimensão é particularmente relevante para as políticas sociais, a habitação e a mobilidade, áreas em que a ausência de capacidade institucional reduz, muitas vezes, a eficácia e a qualidade da ação pública. Em simultâneo, instituições eficazes e credíveis são essenciais para reforçar a democracia.

Um aspeto relacionado com os anteriores prende-se com o défice de implementação de políticas públicas, particularmente relevante no contexto português. A distância entre objetivos políticos e resultados concretos reduz a previsibilidade das políticas e limita a capacidade de resposta em várias áreas, incluindo nas políticas sociais,

de habitação e mobilidade. Ao mesmo tempo, a persistência de falhas de implementação contribui para percepções de ineficácia institucional, fragilizando a confiança nas instituições democráticas. A capacidade de transformar prioridades políticas em resultados efetivos será, por isso, determinante para responder aos desafios estruturais identificados.

A transformação tecnológica e o desenvolvimento da inteligência artificial constituem igualmente uma dimensão transversal com implicações profundas nos quatro temas prioritários identificados. Estas tecnologias terão impactos diretos na produtividade e no crescimento, através da transformação dos processos produtivos, da organização do trabalho e da capacidade de inovação. Ao mesmo tempo, colocam desafios relevantes às políticas sociais, incluindo efeitos distributivos no mercado de trabalho e novas pressões sobre qualificação e proteção social. As suas implicações fazem-se também sentir na habitação e mobilidade, através da reorganização territorial da atividade económica e da digitalização de serviços e infraestruturas. Por fim, a crescente centralidade das plataformas digitais e dos algoritmos levanta questões relevantes para a vitalidade democrática, incluindo riscos de desinformação, fragmentação do espaço público e concentração de poder informacional.

5. Princípios orientadores

OS ESTUDOS DA FUNDAÇÃO APOIAM INVESTIGAÇÃO orientada para questões com relevância concreta para a sociedade portuguesa. Assim, para assegurar a sua pertinência analítica e a sua utilidade societal, identificam-se em seguida os princípios que devem orientar os estudos neste programa.

i. *Apresentação de soluções e medidas*

Em linha com a Carta de Princípios da Fundação, os estudos a desenvolver deverão ir além do diagnóstico dos problemas, identificando soluções concretas e recomendações para os decisores. O objetivo é, portanto, assegurar que o conhecimento se reflete em recomendações acionáveis, capazes de contribuir para as políticas públicas, tanto ao nível da formulação como da implementação. Ao mesmo tempo, estas recomendações devem evitar o cientificismo e a apresentação de propostas como verdades universais e inquestionáveis. Antes, importa reconhecer que diferentes objetivos normativos podem dar origem a abordagens distintas. De modo a preservar a independência da Fundação, as recomendações devem explicitar pressupostos e considerar cenários alternativos, de modo a informar decisões em contextos complexos.

ii. *Independência*

A investigação apoiada pela Fundação deverá assentar em evidência empírica robusta e ser conduzida com autonomia científica. A análise e a interpretação dos resultados devem permanecer independentes de agendas ideológicas ou político-partidárias e de interesses particulares. Os estudos deverão explicitar os seus pressupostos, métodos, limitações e incertezas, permitindo uma apreciação fundamentada das conclusões apresentadas. Este princípio procura

assegurar a credibilidade do conhecimento produzido e o seu contributo para um debate público livre, plural e informado.

iii. Multidisciplinaridade e triangulação metodológica

A complexidade dos desafios que este programa visa abordar exige a mobilização articulada de diferentes perspetivas científicas. Os estudos apoiados pela Fundação devem procurar articular os contributos de diferentes áreas do conhecimento e promover uma triangulação metodológica. Visa-se, assim, o diálogo entre áreas que frequentemente trabalham de forma autónoma. A combinação de múltiplas perspetivas permite reforçar a robustez das conclusões, identificar diferentes dimensões dos problemas e produzir conhecimento com maior impacto científico e societal.

iv. Eficiência na utilização dos recursos

Não são estabelecidos limites mínimos ou máximos para o orçamento dos projetos, permitindo que o financiamento solicitado seja ajustado aos objetivos, à metodologia, à escala e às necessidades efetivas de cada investigação. Esta flexibilidade exige um uso eficiente dos recursos, refletido na apresentação de orçamentos realistas, proporcionais e devidamente fundamentados.

v. Valorização e acumulação do conhecimento

O conhecimento científico é cumulativo: cada estudo parte necessariamente de contributos que o antecedem e acrescenta novas perguntas, evidência ou perspetivas. Neste sentido, os projetos deverão, sempre que aplicável, visitar e valorizar a investigação científica existente, incluindo os estudos anteriormente promovidos pela Fundação, por exemplo, através da atualização de dados, da aplicação de novos métodos, da reavaliação de conclusões ou da análise de novas implicações à luz das transformações económicas, sociais e institucionais entretanto ocorridas. Pretende-se, assim, evitar redundâncias e potenciar o impacto do conhecimento científico existente, tanto no âmbito dos estudos promovidos pela Fundação como da comunidade científica em geral.

6.

Vantagens de desenvolver um estudo com a Fundação

A ADJUDICAÇÃO DE UM ESTUDO marca o início de uma relação de colaboração entre a equipa de investigação e a Fundação. Ao longo das diferentes fases do projeto, os investigadores beneficiam de acompanhamento científico por parte da equipa científica da Fundação — que integra gestores de projeto e consultores científicos das diferentes áreas de estudo — bem como apoio editorial e estratégias de divulgação para gerar impacto societal. Os pontos seguintes apresentam algumas das principais vantagens do modelo da Fundação e explicam como os projetos são acompanhados desde o seu início até à publicação e divulgação dos resultados.

i. *Gestão administrativa simplificada*

A Fundação adota um modelo de gestão assente na autonomia e na responsabilidade das equipas. A gestão do orçamento adjudicado é fundamentalmente confiada à equipa de investigação, que dispõe de autonomia para a sua execução, o que reduz a carga administrativa associada ao projeto e permite que os investigadores concentrem os seus recursos e o seu tempo no desenvolvimento da investigação e na qualidade dos resultados.

ii. *Acompanhamento científico ao longo do estudo*

Cada projeto é acompanhado por um gestor e por um consultor científico. Estes acompanham o desenvolvimento dos trabalhos e apoiam a equipa na resposta a dificuldades científicas ou operacionais.

Este acompanhamento inclui reuniões periódicas, nas quais são apresentados os progressos alcançados, as etapas seguintes e eventuais desafios, com a Fundação a ajudar, sempre que possível, na sua resolução. A equipa da Fundação acompanha também a

preparação dos conteúdos destinados a publicação, contribuindo para reforçar o seu rigor científico, a clareza da exposição e a acessibilidade para públicos menos especializados.

De igual modo, a Fundação promove habitualmente *workshops* com especialistas externos, convidando-os a analisar e comentar versões intercalares dos estudos. Estes momentos reforçam a validação científica da investigação antes da sua conclusão. Os custos associados a estes *workshops*, incluindo a remuneração dos especialistas, são assegurados pela Fundação.

iii. *Financiamento direto de despesas dos estudos*

Adicionalmente ao orçamento adjudicado à equipa, a Fundação assume diretamente vários custos associados ao estudo. Este apoio inclui a revisão linguística, a tradução, a paginação e a preparação gráfica do estudo a publicar em formato de livro pela FFMS, além da realização de *workshops* intermédios, pareceres científicos sobre os estudos ou ações de divulgação. Mediante proposta da equipa de investigação, a Fundação poderá também acompanhar a publicação de resultados em editoras científicas internacionais em regime de acesso aberto, juntamente com uma versão em português a publicar pela FFMS.

iv. *Divulgação e impacto societal*

Cada estudo beneficia de uma estratégia de comunicação e divulgação adaptada às suas características, aos seus resultados e aos públicos a que se dirige. A Fundação assume a conceção, a execução e os custos desta estratégia, procurando levar o conhecimento produzido aos decisores públicos, à comunidade científica, aos meios de comunicação social e à sociedade em geral.

As iniciativas de divulgação podem incluir contactos com jornalistas, reuniões com decisores e outros intervenientes relevantes, eventos públicos, participação em *podcasts* e divulgação através dos canais próprios da Fundação. A Fundação acompanha ainda a presença mediática, as audiências e o alcance digital das publicações, partilhando estes dados com as equipas de investigação, de modo a avaliar o alcance e impacto societal dos seus estudos.

7.

Processo de candidatura e requisitos

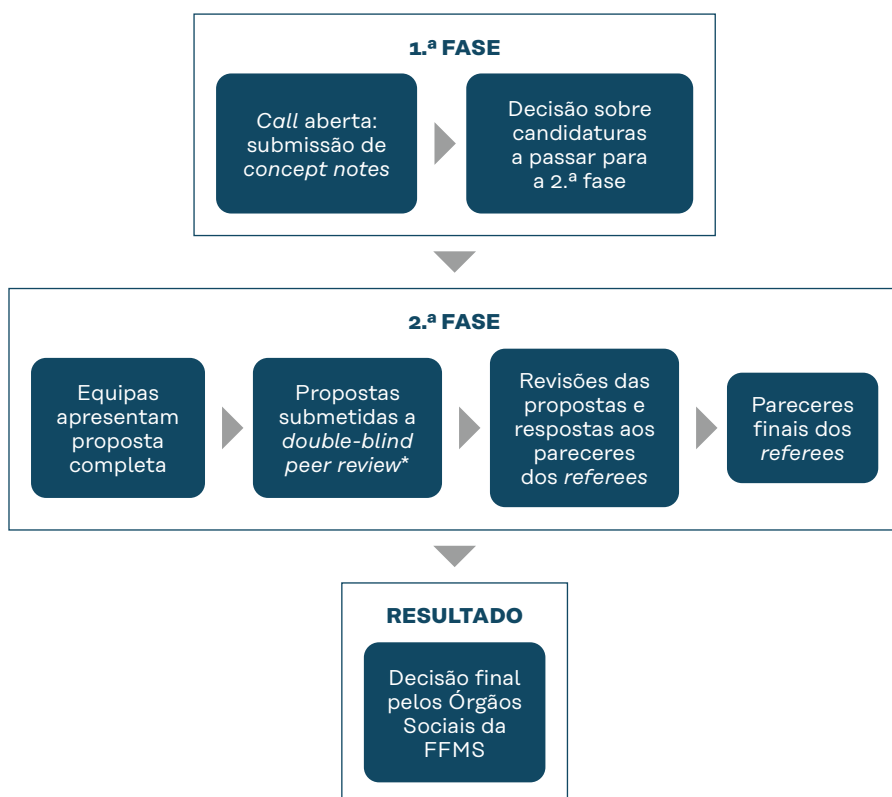
O PROCESSO DE CANDIDATURA AO PROGRAMA DE ESTUDOS organiza-se em duas fases. Numa primeira fase, as equipas submetem uma *concept note*, em que apresentam a questão de investigação, os respetivos objetivos e metodologia, bem como a composição da equipa, entre outros. Estas propostas são analisadas pela equipa científica, que emite um parecer não vinculativo sobre as candidaturas, com a decisão final sobre a transição para a segunda fase a competir aos Órgãos Sociais da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

As equipas selecionadas são posteriormente convidadas a desenvolver uma proposta completa, sujeita a avaliação científica com *double-blind peer review*, tendo tipicamente também a oportunidade de rever a candidatura com base nos pareceres dos *referees* e de responder aos comentários. As candidaturas deverão ser submetidas exclusivamente em inglês, permitindo à Fundação recorrer a *referees* internacionais. Esta avaliação externa visa assegurar a independência e a isenção do processo e contribuir para a robustez científica dos projetos ainda durante a fase de candidatura. A decisão final sobre as candidaturas a contratualizar compete aos Órgãos Sociais da Fundação Francisco Manuel dos Santos, com base nos pareceres dos *referees* e da equipa científica, salvaguardando o direito de não adjudicar nenhuma das propostas. As candidaturas selecionadas são também submetidas à apreciação de uma Comissão de Ética independente, assegurando-se o cumprimento rigoroso dos princípios éticos que norteiam a atividade da Fundação.

Os autores deverão, sempre que aplicável, fornecer os dados compilados e outros materiais relevantes para a replicação das análises. De igual modo, e em linha com os princípios de investigação aberta, deverão, num prazo de seis meses após a conclusão do estudo,

disponibilizar os dados recolhidos num repositório de dados abertos (comunicando ao gestor do projeto o repositório onde os dados foram depositados). Esta disponibilização deverá respeitar os princípios éticos, a proteção de dados e os direitos de todas as pessoas envolvidas na investigação. Pretende-se, deste modo, promover a transparência, a colaboração científica e a utilização futura do conhecimento produzido.

As equipas de investigação deverão também estar disponíveis para participar ativamente na divulgação dos resultados. A Fundação apoiará os autores na definição e execução de uma estratégia de comunicação adaptada a cada estudo, podendo recorrer a diferentes formatos e canais, para dar a conhecer os resultados à comunidade científica, aos decisores públicos, a outros intervenientes relevantes e à sociedade em geral.



* Sempre que pelo menos um dos *referees* ou o consultor científico identifique questões éticas relevantes numa candidatura de segunda fase, a candidatura será submetida à Comissão de Ética da Fundação nessa fase. Quando não são identificadas questões éticas relevantes, a submissão à Comissão de Ética acontecerá no final do processo.



CONHECIMENTO GERA MUDANÇA

ESTUDOS
DA FUNDAÇÃO